



Consultoria,  
treinamento para gestão administrativa  
e atuação em processos e negócios.

**CCA  
BERNARDON**  
CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA

SEMANÁRIO Nº 45/2018 | 1ª SEMANA | NOVEMBRO DE 2018

## DESTAQUES DA SEMANA:

### TRIBUTOS FEDERAIS

- Portal Web da EFD-REINF
- Datas de início da obrigatoriedade da EFD-Reinf são alteradas
- Minuta do Manual da ECD - Leiaute 7

### FGTS

- Procedimentos pertinentes à geração e arrecadação da guia de recolhimento mensal e rescisório do FGTS durante período de adaptação à obrigatoriedade à prestação de informações pelo eSocial

### ICMS

- Convalidação dos Incentivos Fiscais de ICMS - Autorizados os Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná a publicar no Diário Oficial do Estado a relação com a identificação de atos normativos relativos aos benefícios fiscais

- EFD ICMS IPI - Publicado Ato Cotepe nº 57/2018
- EFD ICMS IPI - PVA versão 2.5.0
- Remissão de créditos tributários – Alteração no Convênio ICMS n. 190/2017
- NFC-e – Alterações no Ajuste SINIEF 19/2016
- NF-e – Alterações no Ajuste SINIEF 7/2005
- CT-e – Alterações no Ajuste SINIEF 9/2007
- BP-e – Alterações no Ajuste SINIEF 01/2017
- Incluídos itens na relação de atos relativos a benefícios fiscais concedidos em desacordo com a legislação – Alterações no Decreto n. 53.912/2018

## OBRIGAÇÕES DA SEMANA

**06/11**

**IR-FONTE** - Recolhimento referente ao 3º decêndio de outubro das retenções efetuadas sobre aplicações financeiras, juros sobre capital próprio, prêmios (concursos e sorteios), multas/vantagens/rescisão de contrato.

**IOF** - Recolhimento referente 3º decêndio de outubro do IOF sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros Factoring e Ouro-ativo financeiro.

**07/11**

**SALÁRIOS** - Pagamento até o 5º dia útil do mês.

**FGTS** - Efetuar os depósitos relativos ao mês de outubro.\*

**CADASTRO DE EMPREGADOS** - Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e demissões ocorridas em outubro.\*

**SIMPLES DOMÉSTICO** - Recolhimento referente outubro, incidente sobre a remuneração paga aos empregados domésticos.

**09/11**

**GPS** - Envio de cópia da GPS ao sindicato da categoria profissional mais numerosa entre os empregados.\*

**JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO** - As Pessoas Jurídicas devem fornecer o comprovante referente outubro. Instrução Normativa/SRF n. 41/1998.

**IPI** - Recolhimento do IPI incidente sobre os produtos classificados no código NCM 2402.20.00 da TIPI apurado em outubro (Código Receita: 1020).

**ICMS/RS – ST - Demais Mercadorias** - Recolhimento de ICMS substituição tributária das operações internas referente ao mês de outubro.

## OBSERVAÇÕES:

» **Nota Fiscal Gaúcha** - Os contribuintes, não obrigados à entrega da Escrituração Fiscal Digital – EFD, deverão transmitir os arquivos à SEFAZ/RS, considerando o 8º dígito de seu número de CNPJ, a partir do dia 10 do mês subsequente ao da emissão. Resolução n. 03/2013, arts. 2º e 11.

» (\*) Antecipar o recolhimento, se não houver expediente bancário no dia indicado. (Ex.: Feriado Municipal)

# ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

## TRIBUTOS FEDERAIS

### Portal Web da EFD-REINF

De acordo com a notícia do Portal do Sped do dia 29 de outubro de 2018 (<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/2851>), o Portal Web da EFD-REINF entra em produção a partir do dia 29/10/2018 e estará disponível no Centro Virtual de Atendimento da Receita Federal do Brasil - e-CAC, no link: <https://cav.receita.fazenda.gov.br/autenticacao/login/index>

Com a disponibilização de Portal Web para a EFD-REINF, será necessário efetivar o novo perfil “EFD-REINF-Geral” para acesso por procuração.

Ao entrar na página inicial do e-CAC, o contribuinte deverá clicar em “Declarações e Demonstrativos”, “SPED – Sistema Público de Escrituração Digital” e, em seguida, “Acessar EFD-Reinf”.

Para acessá-lo através de procuração, será necessária utilização do novo perfil “EFD-REINF-Geral”, que foi disponibilizado em 23/10/2018.

A utilização deste novo perfil (EFD-REINF-Geral) será obrigatória também para os acessos por webservice a partir de 29/11/2018.

Os contribuintes que se utilizam de procuração para acesso aos serviços da EFD-Reinf devem acessar o sistema de procurações, também no e-CAC e marcar este novo perfil.

A partir do dia 29/11/2018 os perfis REINF-Especial, REINF-Retorno e REINF-Rotinas serão descontinuados e substituídos exclusivamente por esse único e novo perfil - EFD-REINF-Geral.

Para aquelas procurações que, exclusivamente, foram cadastradas na opção: “Todos os serviços existentes e os que vierem a ser disponibilizados no sistema de Procurações Eletrônicas do e-CAC (destinados ao tipo do Outorgante - PF ou PJ), para todos os fins, inclusive confissão

de débitos, durante o período de validade da procuração”, esta já engloba a efetivação automática da nova procuração “EFD-REINF-Geral”.

### Datas de início da obrigatoriedade da EFD-Reinf são alteradas

Com o objetivo de se promover o alinhamento entre a entrega da EFD-Reinf e o cronograma do eSocial, foi publicada a Instrução Normativa RFB n. 1.842/2018 no DOU de 31 de outubro de 2018, que trata da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf). Essa nova norma altera a Instrução Normativa RFB n. 1.701/2017, que institui a EFD-Reinf.

Desde o início da obrigatoriedade do eSocial para o 1º grupo de contribuintes, em janeiro de 2018, a EFD-Reinf se tornou obrigatória na mesma data em que os contribuintes passam a ser obrigados a enviar os eventos periódicos (remuneratórios) pelo eSocial.

Esse alinhamento entre o eSocial e a EFD-Reinf é essencial para que as contribuições previdenciárias possam ser apuradas pelas escriturações, confessadas pela DCTFWeb e recolhidas em Documento de Arrecadação Federal (Daf).

Dessa forma, como os grupos de obrigados ao eSocial foram reorganizados e as datas de início da obrigatoriedade de envio dos eventos periódicos para os 2º a 4º grupos foram alteradas, tornou-se necessário alterar a IN RFB nº 1.701, de 2017, para readequar os grupos de contribuintes da EFD-Reinf e as datas de início da obrigatoriedade desta escrituração, bem como incluir as penalidades aplicáveis, caso tais datas não sejam observadas.

Assim, a obrigatoriedade da prestação de informações através da EFD-Reinf, conforme seu novo cronograma estabelecido pela IN RFB 1.842/2018, passa a ser:

- 2º Grupo: a partir das 8 (oito) horas de 10 de janeiro de 2019, referentes aos fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2019;
- 3º Grupo: a partir das 8 (oito) horas de 10 de julho de 2019, referentes aos fatos ocorridos a partir de 1º de julho de 2019; e
- 4º Grupo: em data a ser fixada em ato da RFB.

## **Minuta do Manual da ECD - Leiaute 7**

De acordo com a notícia do Portal do Sped do dia 31 de outubro de 2018 (<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/2857>), foi publicada a Minuta do Manual de Orientação do Leiaute 7 da ECD, referente ao ano-calendário 2018 e situações especiais do ano-calendário 2019.

O programa da ECD com as alterações referentes ao leiaute 7 estará disponível no site do Sped no final de dezembro de 2018.

Link para download da Minuta do Manual da ECD - Leiaute 7: <http://sped.rfb.gov.br/arquivo/show/2855>

## **FGTS**

### **Procedimentos pertinentes à geração e arrecadação da guia de recolhimento mensal e rescisório do FGTS durante período de adaptação à obrigatoriedade à prestação de informações pelo eSocial**

A Circular CAIXA n. 832/2018, DOU de 01 de novembro de 2018, dispõe sobre os procedimentos pertinentes à geração e arrecadação da guia de recolhimento mensal e rescisório do FGTS durante período de adaptação à obrigatoriedade à prestação de informações pelo eSocial.

Essa publicação, divulga orientações referentes à fase de convivência relacionada à transmissão dos eventos ao eSocial, que trata a Resolução do Comitê Diretivo do eSocial n. 02/2017 e suas alterações, bem como o atual modelo operacional do FGTS, assim como, consequente, aos prazos relativos aos procedimentos administrativo-operacionais a serem observados pelos agentes financeiros e empregadores integrantes do sistema do FGTS.

Para tanto, observados os procedimentos contidos no “Manual de Orientação ao Empregador - Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais”, divulgado no site da CAIXA, poderá o empregador, até a competência janeiro/2019, efetuar o recolhimento pela GRF, emitida pelo SEFIP.

As guias referentes aos recolhimentos rescisórios - GRRF - pode-

rão ser utilizadas pelos empregadores para aqueles desligamentos de contratos de trabalho ocorridos até 31 de janeiro de 2019.

Os empregadores de que trata a presente Circular são aqueles caracterizados no inciso I, do artigo 2º da Resolução do Comitê Diretivo do eSocial n. 02/2017.

Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Circular CAIXA n. 818/2018.

## **ICMS**

### **Convalidação dos Incentivos Fiscais de ICMS - Autorizados os Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná a publicar no Diário Oficial do Estado a relação com a identificação de atos normativos relativos aos benefícios fiscais**

A Resolução CONFAZ n. 9/2018, DOU de 26 de outubro de 2018, autoriza unidades federadas a publicar relação de atos normativos e efetuar o registro e o depósito da documentação comprobatória, conforme o disposto nos parágrafos únicos das cláusulas terceira e quarta do Convênio ICMS 190/2017.

Com essa publicação, ficam autorizados os Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, nos termos do parágrafo único da cláusula terceira do Convênio ICMS 190/2017, a publicar no Diário Oficial do Estado, até 31 de julho de 2019, relação com a identificação de atos normativos relativos aos benefícios fiscais, instituídos por legislação estadual ou distrital publicada até 8 de agosto de 2017, em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, na forma do anexo único desta resolução.

Além disso, fica estendido até 27 de dezembro de 2019, para os Estados supracitados, o prazo para registrar e depositar na Secretaria Executiva do CONFAZ a documentação comprobatória correspondente aos atos concessivos dos benefícios fiscais mencionados no caput, inclusive os correspondentes atos normativos, conforme disposição do parágrafo único da cláusula quarta do Convênio ICMS 190/2017.

Acesse o link a seguir para verificar o anexo único desta Resolução: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/resolucoes/2018/resolucao-09-18>

### **EFD ICMS IPI - Publicado Ato Cotepe nº 57/2018**

O Ato Cotepe 57/2018 altera o Ato Cotepe 44/2018, tornando pública a Nota Técnica EFD ICMS IPI n. 2018.001 v. 2.00 e o Guia Prático da EFD v. 3.01, com as especificações atualizadas do leiaute 013, válido a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Nota Técnica foi atualizada para a inclusão do Anexo Único, com o resumo das alterações incorporadas ao leiaute 013.

Quanto ao Guia Prático 3.01, as principais alterações em relação à versão anterior são as seguintes:

1. Bloco B: somente poderá ser informado com movimento por contribuintes domiciliados no DF. Demais contribuintes deverão informar apenas os registros B001 e B990 (abertura – sem movimentação e fechamento do bloco);

2. Os registros C177, 1960, 1970, 1975 e 1980, a partir de 2019, são exclusivos para contribuintes domiciliados em Pernambuco;

3. Inclusão no registro 1010 dos campos 11, 12 e 13 (IND\_GIA-Fn), que poderá ser preenchido com “Sim”, se estabelecimento informante do arquivo for domiciliado no estado de Pernambuco. Demais contribuintes deverão informar “Não”.

4. Inclusão de advertência no campo 15 do registro C100 (VL\_ABAT\_NT): o valor informado deve corresponder ao somatório dos valores do Campo VL\_ABAT\_NT dos Registros C170.

5. Registro C170 - alterada a validação do campo 05 para: o valor informado no campo deve ser maior que “0” (zero), exceto se COD\_SIT for igual a 6 (complementar) ou 7 (complementar extemporâneo).

6. Alteração da validação do campo 11 do Registro D100 - se o Campo “COD\_MOD” for igual a 07, 08, 08B, 09, 10, 11, 26 ou 27, a data informada deverá ser menor que 01/01/2019.

Manual de Orientação - Nota Técnica 2018.001 v.2.00: <http://sped.rfb.gov.br/arquivo/show/2852>

Guia Prático EFD ICMS IPI - versão 3.01: <http://sped.rfb.gov.br/arquivo/show/2761>

### **EFD ICMS IPI - PVA versão 2.5.0**

De acordo com a notícia do Portal do Sped do dia 29 de outubro de 2018 (<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/2854>), está disponível a versão 2.5.0 do PVA da EFD ICMS IPI, com as alterações do leiaute válido a partir de janeiro de 2019.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/sped-sistema-publico-de-escrituracao-digital/escrituracao-fiscal-digital-efd/escrituracao-fiscal-digital-efd>

As alterações constam da Nota Técnica EFD ICMS IPI 2018.001 v. 2.00 e do Guia Prático v. 3.01, publicados pelo Ato Cotepe n. 57/2018.

A versão 2.4.4 poderá ser utilizada para transmissão dos arquivos da EFD até 31/12/2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, somente a versão 2.5.0 estará ativa.

### **Remissão de créditos tributários – Alteração no Convênio ICMS n. 190/2017**

O Convênio ICMS n. 109/2018, DOU de 01 de novembro de 2018, altera o Convênio ICMS n. 190/2017, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na Constituição Federal de 1988, bem como sobre as correspondentes reinstituições.

### **NFC-e – Alterações no Ajuste SINIEF 19/2016**

O Ajuste SINIEF n. 15/2018, DOU de 01 de novembro de 2018, altera o Ajuste SINIEF 19/2016, que institui a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, modelo 65, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, estabelecendo o que segue:

a) O Estado de Santa Catarina poderá exigir que a emissão e a autorização da NFC-e, modelo 65, seja realizada por meio de equi-

pamento desenvolvido e autorizado para uso fiscal, comandado por meio de programa aplicativo desenvolvido por empresa credenciada pela respectiva Administração Tributária;

b) A disponibilização completa dos campos exibidos na consulta, disponibilizada por meio da administração tributária da unidade federada do emitente, será por meio de acesso restrito e vinculada à relação do consulente com a operação descrita na NFC-e consultada, nos termos do MOC.

c) A relação do consulente com a operação descrita na NFC-e consultada deve ser identificada por meio de certificado digital ou de acesso identificado do consulente ao portal da administração tributária da unidade federada correspondente ou ao ambiente nacional disponibilizado pela RFB.

Este ajuste produzirá seus efeitos a partir do dia 01/01/2019.

#### **NF-e – Alterações no Ajuste SINIEF 7/2005**

O Ajuste SINIEF n. 16/2018, DOU de 01 de novembro de 2018, altera o Ajuste SINIEF 7/2005, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, estabelecendo o que segue:

a) A disponibilização completa dos campos exibidos na consulta disponibilizada por meio da administração tributária da unidade federada do emitente, será por meio de acesso restrito e vinculada à relação do consulente com a operação descrita na NF-e consultada, nos termos do MOC.

b) A relação do consulente com a operação descrita na NF-e consultada deve ser identificada por meio de certificado digital ou de acesso identificado do consulente ao portal da administração tributária da unidade federada correspondente ou ao ambiente nacional disponibilizado pela RFB;

c) incluídos como eventos relacionados a uma NF-e os Eventos da Sefaz Virtual do Estado da Bahia (SVBA), de uso dos signatários do Acordo de Cooperação 01/2018.

Este ajuste produzirá seus efeitos a partir do dia 01/01/2019.

#### **CT-e – Alterações no Ajuste SINIEF 9/2007**

O Ajuste SINIEF n. 17/2018, DOU de 01 de novembro de 2018, altera o Ajuste SINIEF 9/2007, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico, estabelecendo o que segue:

a) A disponibilização completa dos campos exibidos na consulta, disponibilizada por meio da administração tributária da unidade federada do emitente, será por meio de acesso restrito e vinculada à relação do consulente com a operação descrita no CT-e consultado, nos termos do MOC.

b) A relação do consulente com a operação descrita no CT-e consultado deve ser identificada por meio de certificado digital ou de acesso identificado do consulente ao portal da administração tributária da unidade federada correspondente, ou ao ambiente nacional disponibilizado pela Receita Federal do Brasil.

Este ajuste produzirá seus efeitos a partir do dia 01/01/2019.

#### **BP-e – Alterações no Ajuste SINIEF 01/2017**

Ajuste SINIEF n. 18/2018, DOU de 01 de novembro de 2018, altera o Ajuste SINIEF 01/2017, que institui o Bilhete de Passagem Eletrônico, modelo 63, e o Documento Auxiliar do Bilhete de Passagem Eletrônico.

a) A disponibilização completa dos campos exibidos na consulta, disponibilizada por meio da administração tributária da unidade federada do emitente, será por meio de acesso restrito e vinculada à relação do consulente com a operação descrita no BP-e consultado, nos termos do MOC.

b) A relação do consulente com a operação descrita no BP-e consultado deve ser identificada por meio de certificado digital ou de acesso identificado do consulente ao portal da administração tributária da unidade federada correspondente ou ao ambiente nacional disponibilizado pela RFB.

Este ajuste produzirá seus efeitos a partir do dia 01/01/2019.

**Incluídos itens na relação de atos relativos a benefícios fiscais concedidos em desacordo com a legislação – Alterações no Decreto n. 53.912/2018**

O Decreto n. 54.303/2018, DOE RS de 01 de novembro de 2018, modifica o Decreto n. 53.912/2018, editado nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar Federal n. 160/2017, e do inciso I da cláusula segunda do Convênio ICMS 190/2017, para incluir itens na relação com identificação de atos normativos não vigentes em 8 de agosto de 2017, relativos a benefícios instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, conforme especifica.

Com essa publicação, ficam acrescentados itens ao Anexo Único (“APÊNDICE II - ATOS NORMATIVOS NÃO VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017”) do Decreto n. 53.912/2018, conforme especificado no Anexo Único deste Decreto.

Veja o Anexo Único deste Decreto no link: [http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNormas=64987&hTexto=&Hid\\_IDNorma=64987](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=64987&hTexto=&Hid_IDNorma=64987)